

Cuba: uma resistência socialista na América Latina

Rémy Herrera*

Resumo:

Este artigo tem por objetivo lutar contra este pensamento único anticubano, ao qual sucumbem inclusive, diversos círculos da esquerda, e que constitui uma das múltiplas faces ideológicas da mundialização neoliberal-guerreira atual. A idéia central é que a experiência cubana tem demonstrado a possibilidade de uma resistência socialista, antiimperialista e anticapitalista na América Latina.

Entre todas as resistências populares anti-sistêmicas que sublevam atualmente a América Latina – e são inúmeras –, uma delas conseguiu fazer malograr a estratégia de dominação dos Estados Unidos: a do povo cubano. Única experiência *revolucionária* do Continente até ao momento vitoriosa, a mais antiga e radical das lutas latino-americanas coloca à hegemonia capitalista um problema insolúvel, que faz dela um perigo inaceitável pelo exemplo que dá: Cuba é a prova de que é *possível* na América Latina uma resistência *socialista*, antiimperialista e anticapitalista.

É esta presença do socialismo – revelando simultaneamente uma perda de controle, por parte das forças dominantes do capital, de uma das peças da sua zona de influência máxima e o local preservado de uma alternativa para esta região devastada pelo neoliberalismo – que motiva os esforços de isolamento dirigidos contra ela (“*elemento do eixo do Mal*”) pela facção mais reacionária do poder estabelecido nos EUA. Apesar de mais de 40 anos de guerra não declarada contra a Ilha, concretizada por inúmeras agressões diretas ou terroristas, pelo mais longo bloqueio da história, pela ocupação militar de uma parte do território (base de Guantánamo) e por uma propaganda midiática, o governo dos Estados Unidos não conseguiu minar a base popular da Revolução, nem a dos apoios externos a favor da *Cuba socialista*, pois o fato é que esta goza de um prestígio imenso nos meios populares e progressistas. Muitos são os que, especialmente no Sul, admiram, aderem e desejam partilhar os seus valores e o seu projeto social. Há uma razão para isto, que é simples: os motivos que impulsionaram outrora a Revolução em Cuba – os estragos sociais causados pelo capitalismo e a violência imperialista dos EUA – não desapareceram nem da América Latina nem dos outros países do Sul; apesar de dificuldades reais de todos os tipos, os princípios originais – justiça social e independência nacional – continuam a animá-la; para muitos, os objetivos almejados – um poder íntegro ao serviço da grande maioria do povo e uma sociedade socialista – continuam a constituir uma necessidade de futuro.

* Pesquisador do CNRS (Université de Paris 1 Panthéon-Sorbonne).

Mas a reação norte-americana não é a única, longe disso, a obstinar-se contra a Ilha. “À esquerda”, há quem esteja persuadido da justeza da sua luta ao condenar Cuba, sem julgar necessário saber mais sobre o que se passa realmente na Ilha do que aquilo que é dito pelos órgãos de comunicação – unilateralmente hostis e posicionados nos seus chavões midiáticos (prostituição, corrupção, mercado negro, fachadas em ruínas... e “*ditadura castrista*”) – ou pelo turismo intelectual. Os próprios comunistas, jurando que não voltariam a cair noutra, desorientados por uma série de derrotas e erros, preferem alinhar-se: como parece não ser nada além de um resíduo anacrônico do soviétismo, Cuba *deve* cair. Este artigo tem por objetivo lutar contra este *pensamento único anticubano*, que constitui uma das múltiplas faces ideológicas da mundialização neoliberal-guerreira atual.

A URSS e Cuba: “pacto neocolonial” ou detonador de desenvolvimento?

Surgida do húmus comum latino-americano, a Revolução apoiou-se em séculos de resistência de um povo multirracial: das revoltas de escravos aos exércitos *mambises* (negros e mestiços) das guerras de independência, das ocupações de *latifúndios* pelos camponeses sem terra às lutas de resistência e sindicais progressistas... As cadeias que prendiam a Ilha aos Estados Unidos, a violência da reação destes últimos a qualquer progresso (reforma agrária...) e a desproporção da relação de forças explicam o fato de a Revolução só ter triunfado graças à conjugação da determinação do povo cubano e do apoio que lhe foi dado pela União Soviética. No entanto, a ajuda desta não deve fazer esquecer que, em Cuba, o socialismo não foi importado nem imposto. Foi o clímax de um processo interno de radicalização da luta de classes, ao fim do qual as forças revolucionárias convergiram quanto à necessidade de uma emancipação nacional (antiimperialista) e social (anticapitalista). Após um debate profundo entre revolucionários (Rodríguez, Guevara...), foram decididos o regresso ao açúcar, do qual dependia, após mais de um século de dominação estadunidense, *toda a economia*, e a *frente operário-camponesa* como base da Revolução. Esta decisão foi adotada sob pressões internas e externas extremamente fortes, que causaram as dificuldades iniciais: mobilização do povo em armas para defender a Revolução, exigência de obter divisas face ao bloqueio estadunidense, inexperiência da planificação e penúria de quadros, complexidade da reforma agrária... Foi possível censurar (mais freqüentemente após ter acontecido o inimaginável: o fim da URSS) o excesso da estratégia açucareira ou determinadas *insuficiências* da sua planificação, mas é difícil negar que, durante 30 anos, o motor açucareiro do país permitiu-lhe, apesar dos fracos recursos em 1959 (nem indústria, nem petróleo...), fazer trocas comerciais vantajosas com o bloco soviético e impulsionar um desenvolvimento que, pela primeira vez na história, respondia às necessidades do seu povo.

Significa isto que este desenvolvimento era “*autocentrado*” ou que a Ilha era, em 1989, um país “*desenvolvido*”? Claro que não. Devemos por isto ocultar a diferença de natureza existente entre a Cuba de 1959 e a de 1989? Embora a ruptura com o neocolonialismo deva ser situada no âmbito das rígidas estruturas

que este lhe legava – e, em primeiro lugar, a da especialização açucareira – e das pressões que o sistema mundial capitalista continuou a exercer – bloqueio dos EUA –, as transformações operadas pela Revolução foram *radicais*. A cooperação com o COMECON “estabilizou” o comércio, mas inverteu sobretudo o *sentido* da transferência de excedentes. A propriedade *nacional* dos meios de produção comandou a acumulação e controlou a importação e a repartição. Foi deste modo que se tornou possível incentivar o desenvolvimento *industrial*, de fato parcialmente articulado – mas adaptado às condições de um pequeno país – em torno do complexo mineiro-metalúrgico-mecânico ou do agroalimentar. Foram impulsionadas novas produções até então inexistentes: fabrico de maquinaria agrícola (ceifadeiras), pesca, produtos farmacêuticos... A edificação de serviços sociais, uma forte redistribuição da renda e a instauração da *caderneta* alimentar reduziram as desigualdades e garantiram progresso, homogeneizando a sociedade, liberta dos males do passado (analfabetismo, desemprego, miséria, segregação, corrupção, máfia...). Os cientistas cubanos não só atingiram muitas vezes o melhor nível mundial (farmácia, agronomia...), como servem ao seu povo – e por vezes mesmo a outros. Em outras palavras, no final dos anos 80, as condições de vida eram bastante boas em Cuba – decerto melhores do que noutros países da América Latina-Caraíbas. Embora se continue a associar socialismo e “*penúria alimentar*”, os dados fornecidos pela FAO mostram que em 1990, mesmo para a alimentação, Cuba vinha no topo da lista do continente no que se refere à disponibilidade quotidiana em calorias por pessoa, no mesmo ano em que os dados do PNUD a classificam no 4º lugar em 30. Um estudo estatístico da situação social a partir dos indicadores das organizações internacionais revela que Cuba conservava o seu avanço em 1994-95, no auge da crise do pós-URSS, em quase todos os itens de *desenvolvimento humano*: saúde (segurança social, médicos, enfermeiros, camas de hospital, esperança de vida...), educação (taxas de escolaridade líquidas, êxito escolar e testes internacionais, bolsas, formação de adultos...), igualdade (coeficiente de Gini...), proteção da criança (cuidados pré-natais, creches, ausência de trabalho infantil...), condição feminina (melhor “*índice de participação econômica, política e profissional*”...), trabalho (índices muito baixos de desemprego...), segurança (mortalidade por homicídio quase nula, rara delinquência...), diferença cidade-campo (infra-estruturas rurais, ausência de “bairros de lata”...), ambiente (reflorestamento, projetos de agricultura biológica...), cultura (bibliotecas, filmes, esporte...). A OMS indica que, apesar da crise dos anos 90, a taxa de mortalidade por carências nutricionais manteve-se excepcionalmente baixa em Cuba –16 vezes menos do que no México... Relativamente a 1996, a FAO publica indicadores de “subalimentação” em Cuba 2 vezes inferiores aos da Costa Rica, 3 vezes inferiores aos do Chile... Não se morre de fome na Ilha, mesmo depois de 1990. Será pelo fato de Cuba se ter mantido socialista?

Após o “fracasso” soviético: desmoronamento ou recuperação de Cuba?

O desmoronamento do bloco soviético mergulhou a economia cubana numa crise gravíssima. O desmantelamento do COMECON, no interior do qual estavam integradas as trocas comerciais de Cuba, provocou a queda das

exportações e das importações. Sucedeu-se uma forte baixa do investimento e do consumo, e, por conseguinte, do PIB (-35% entre 1989 e 1994, ponto baixo da crise) e da produtividade. Depois da relativa abundância da década de 80, no início dos anos 90 começou a faltar tudo materialmente na Ilha.

As fábricas ficaram sem combustível, matérias-primas, peças sobressalentes... O déficit orçamentário aprofundou-se sob o efeito da deterioração das contas das empresas públicas e de uma vontade *política* de manter tanto quanto possível os níveis salariais, o emprego e as despesas sociais, o que resultou em desvalorização do peso, ou seja, forte inflação. O país entrou em “período especial em tempo de paz”.

Apesar do endurecimento do bloqueio e das condições de vida se terem tornado muito difíceis (consumo, transportes...), os cubanos suportaram o choque. Esta crise foi tanto mais visível quanto, contrariamente aos planos de ajuste estrutural capitalistas que concentram os seus efeitos nos grupos economicamente pobres e sem representação política, foi *toda a sociedade cubana* que sofreu o impacto. Embora seja evidente que o seu igualitarismo e a sua homogeneidade não ficaram intactos – as desigualdades aumentam pela primeira vez desde 1959 –, a estratégia de *recuperação* implementada em 1993-94 pela revolução atingiu *parcialmente* os seus objetivos: a partir de 1995, a economia restabeleceu-se (em 2000 a produção global subiu para 85% do nível de 1990); a sociedade cubana, apesar de muito chocada pelo ressurgimento de desigualdades, não se desmantelou; os pilares do sistema social cubano, abalados, mantêm-se de pé: a educação e a saúde continuam a ser gratuitas, o emprego e a reforma amplamente garantidos, a alimentação de base e os serviços sociais (eletricidade, água, telefone, transportes, habitação...) a preços módicos, a pesquisa e o internacionalismo dinâmicos...

Embora tenha procedido a reformas profundas, o Estado cubano não efetuou *nenhuma* privatização do aparelho produtivo nacional, nem introduziu um real mercado financeiro.... Será o impossível possível? Não, mas Cuba demonstra que *um povo* pode optar por *resistir* à ordem mundial imposta pela hegemonia dos Estados Unidos. Pois a orientação tomada, pela firmeza dos seus objetivos – *salvar a todo custo* a sociedade socialista construída pela Revolução – e as conseqüências assumidas – a penúria devida ao endurecimento do bloqueio – foi uma *decisão política coletiva*: as diferentes opções que se desenhavam (código do trabalho, sistema educativo, segurança social, aposentadoria...) foram objeto, em plena crise, de deliberações e de análises no seio das organizações de massa e das unidades de produção.

As medidas fundamentais consistiram em dotar a economia de novos motores de crescimento, destinados a substituir o setor açucareiro. As entradas de capitais associadas ao turismo, aos investimentos diretos estrangeiros (IDE) e às transferências de divisas do exterior (*remesas*) permitiram à economia, *parcial e temporariamente* dolarizada, retomar um crescimento sustentado e restabelecer o valor da moeda nacional. O número de turistas duplicou entre 1993 e 1996 e aproximou-se dos 1,8 milhões em 2001. Estão registradas mais de 400 sociedades mistas ou ligadas ao capital estrangeiro na Ilha, onde o total dos IDE se eleva a 4,5 mil milhões de dólares. Os rendimentos privados ultrapassavam os mil milhões de

dólares em 2000. O peso, depreciado contra o dólar em 150/1 em 1994, revalorizou-se – fenômeno raro na América Latina – tendo-se estabilizado em 21/1 desde 1996 até ao final de 2001 – antes de aumentar para 26/1 após o 11 de setembro e a redução do turismo em escala mundial. A taxa de crescimento do PIB voltou a ficar significativamente positiva: 2,5% em 1995, 7,8% em 1996, 2,5% em 1997, 1,2% em 1998, 6,2% em 1999, 5,6% em 2000, 3% em 2001, 1,5% em 2002, e provavelmente 5% em 2003.

Como já observamos, embora o processo de reforma e recuperação tenha sido até o momento relativamente controlado pelo governo, nem todos os seus efeitos foram positivos. Tamanhas são as ameaças que pesam sobre a sociedade cubana que o próprio governo se encarrega de lembrar regularmente a sua vontade de pôr termo à dolarização assim que as condições permitam. Além disso, o turismo introduziu um desvio no acesso da população ao dólar, mesmo se existem amortecedores, informais (solidariedade espontânea) ou formais (empregados de hotéis ou motoristas de táxis que dão uma parte das gorjetas a fundos coletivos redistribuídos aos que não têm contacto com a clientela). Do ponto de vista macroeconômico, este setor pode acabar por absorver mais recursos do que aqueles que gera, como acontece em inúmeros países do Sul. Os IDE que vêm a Cuba em busca de lucro acarretam fluxos autônomos de saídas de capitais. Podem desestabilizar as relações de trabalho e é necessária uma atenção particular por parte do Estado e dos sindicatos para que os direitos sociais fiquem garantidos nas sociedades mistas. As *remesas* cavam as desigualdades de forma preocupante – 12% das contas bancárias em dólares concentram 80% dos depósitos em 2000 – e podem comprometer os valores da Revolução.

Todavia, não é sustentável declarar que se reconstituiu em Cuba uma classe burguesa: o Estado continua a bloquear com firmeza as possibilidades de *acumulação nacional de capital privado* – e os seus altos dirigentes não enriqueceram nem são corruptíveis (os empresários estrangeiros sabem-no, na medida em que não podem proceder em Cuba como o fazem noutros locais). É um fato que o Estado autorizou o trabalho por conta própria, que permite o despontar de múltiplas atividades (comerciantes, artesãos, prestadores de serviços...), mas proíbe a contratação de assalariados exteriores à família detentora de licenças. Decidiu abrir lojas em que as compras se fazem em dólares (*tiendas de recuperación de divisas*) e mercados agrícolas (*agropecuários*) nos quais camponeses privados, recentes beneficiários de medidas de distribuição de terras, cooperativas (especialmente Unidades Básicas de Produção Cooperativa) e propriedades agrícolas estatais vendem uma parte dos seus produtos, mas continuam a atender a uma porção não negligenciável do consumo de base a preços reduzidos e mobilizam regularmente o exército para abastecer os mercados estatais – o que retira toda a pertinência à idéia de reformas *piores* em Cuba do que as PAE (Políticas de Ajuste Estrutural) impostas pelo FMI. O Estado encoraja *joint ventures* e zonas francas, mas nelas protege os direitos do trabalho e o papel dos sindicatos, e limita ao máximo as diferenças de rendimento: a firma estrangeira paga salários em dólares a uma *empresa-ponte* que, por sua vez, paga aos trabalhadores remunerações em pesos, sendo que a diferença financia as despesas públicas. A planificação perdeu terreno, mas as transferências monetárias, utilizando habilmente a dupla taxa de câmbio (uma oficial

superavaliada e a outra semi-oficial sem dúvida subavaliada), asseguraram a continuidade dos serviços sociais (educação, saúde, reforma, alimentação, habitação, infra-estruturas...) por perequação inter-setorial das entidades emergentes para as entidades tradicionais – simultaneamente implicadas na racionalização da sua gestão (*perfeccionamiento empresarial*). Embora tenha de admitir provisoriamente o avanço dos mecanismos de mercado, o Estado parece ter conseguido submetê-los aos interesses do povo. Não é possível falar atualmente de transição para o *capitalismo* em Cuba.

Estas mutações levaram a uma reestruturação do sector açucareiro, acelerada em 2002 pelo encerramento de *centrales* e pela reconversão dos seus efetivos, levando à previsão de uma “saída do açúcar” após dois séculos de especialização – o que é, em si, positivo no contexto atual. Com exceção do tabaco, cuja procura é forte, é na agricultura que os resultados foram mais decepcionantes. Há quem proponha como solução para as dificuldades a privatização da terra, a fim de estimular o campesinato. Isto não deu bons resultados no Vietnã, que se tornou auto-suficiente em vários produtos e grande exportador de arroz? Mas esta opção não pode nos levar a esquecer, por um lado, que a coletivização tinha possibilitado fortes subidas de produção e, por outro lado, que uma eventual escolha desta alternativa se depararia com problemas ligados às especificidades do pequeno campesinato cubano. Devido a fatores históricos, este não tem nem a mesma implantação nem a mesma experiência que o do Vietnã. A história de Cuba é a do desaparecimento das culturas e saberes ameríndios (século XVI), das grandes propriedades de criação de gado para o couro (XVII), das plantações escravistas de cana (XVIII-XIX), das açucareiras nas quais trabalhava um proletariado operário assalariado (1886-1958)... e por conseguinte a de um pequeno campesinato expelido para as margens dos *latifúndios* e obrigado a fornecer a mão-de-obra para a produção de açúcar. Apesar da reforma agrária e da manutenção do setor privado (tabaco...), quatro décadas de Revolução não foram suficientes para constituir um tecido camponês secular noutros locais. Em resumo, uma forte privatização da terra conduziria muito provavelmente ao ressurgimento de uma estrutura de propriedade rural não igualitária e polarizada. A venda “livre” de produtos agrícolas permitiu a muitos camponeses enriquecer, mas por ora essa liquidez não incrementa uma dinâmica de capital controlando de forma privada uma criação de valor pelo emprego de trabalho assalariado. Pode-se considerar que estes “bloqueios” derivam de um autoritarismo incapaz de extrair lições do êxito asiático; de nossa parte, pensamos que é necessário evitar a universalização de “receitas”, tolerar trajetórias diferentes em função do terreno e da história, e ter consciência de que o *latifúndio* é um dos piores inimigos da América Latina.

O sucesso da investigação médica: “fachada do regime” ou realidade social?

No momento mais duro da crise (1994-95), Cuba continuava a investir na ciência e ocupava o primeiro lugar na América Latina no que se refere à participação da pesquisa no PIB, à frente da Costa Rica, e percentual de pesquisadores em relação à população ativa, muito à frente da Argentina e do

Chile. O número de cientistas em tempo integral elevava-se a 29.000 em Cuba, mais do que no México (19.500), pouco menos do que no Brasil (32.000) para 12 e 163 milhões de habitantes, respectivamente. Os alicerces deste sucesso foram implantados pelas medidas revolucionárias, que fizeram de Cuba, a partir dos anos 60, o país mais igualitário do continente americano (coeficiente de Gini de 0,55 em 1955, 0,35 em 1962, 0,22 em 1986), e pela campanha de alfabetização que, em um ano (1961), reduziu a taxa de analfabetismo de 35% para 3%, tendo depois sido consolidadas por um sistema de educacional universal e gratuito, igualitário e despojado de discriminações sexistas e raciais, que dotou a Ilha de pesquisadores de alto nível.

O voluntarismo cubano em matéria científica pode ser ilustrado pela descoberta, pela equipe do Dr. Campa, do Instituto Finlay, em Havana, da primeira vacina contra a meningite B em 1985. Para demonstrar a sua eficácia, os pesquisadores testaram-na em si próprios antes de os peritos estrangeiros (incluindo norte-americanos) terem sido associados à verificação dos resultados. Em 1989, foi lançada em todo o país uma campanha de vacinação da população com idades situadas entre os 3 meses e os 24 anos. Desde então foram ministradas milhões de doses na América Latina, especialmente no Brasil – para onde foram enviadas gratuitamente quando o bloqueio dos EUA impediu a assinatura já combinada dos contratos. Uma quinzena de países (Coréia do Sul, Rússia...) utilizara esta vacina em períodos de recrudescimento da epidemia. Única eficaz até hoje no mundo, esta vacina recebeu em 1993 a medalha de ouro da *International Property Organization*, o que pôs fim às difamações de que foi alvo. Perante a agressividade das transnacionais farmacêuticas, foi patenteada (*Va-MenGOC-BC®*) e previu-se a sua comercialização por intermédio de uma companhia estrangeira. Durante dois anos, as negociações com a firma anglo-americana Smith-Kline-Beecham foram atravancadas pelo Departamento do Tesouro, encarregado do controle da aplicação do bloqueio. Entretanto, mais de 500 pessoas morriam nos Estados Unidos de meningite por meningococos do Grupo B. Foram necessárias a intervenção de cientistas do mundo inteiro e a mobilização de deputados e de cidadãos dos EUA para autorizar a importação da vacina “*por motivos sanitários favoráveis aos Estados Unidos*”. Pela primeira vez, uma vacina descoberta e produzida num país do Sul era ministrada num país do Norte.

Será um caso isolado, utilizado como “fachada do regime”? Não é C. Campa membro do Comité Central do Partido Comunista de Cuba? Os laboratórios cubanos comercializam uma gama de vacinas concebidas na Ilha (algumas compradas pela Organização Mundial de Saúde) contra a hepatite B, a leptospirose, o tifo, o hemophilus influenza..., assim como combinados (difteria-tétano-coqueluche...). Os resultados dos testes da nova vacina contra a cólera – propagada em determinadas zonas da América Latina – são comparáveis aos das fabricadas nos EUA. Registraram-se igualmente progressos em matéria de interferon, de fator de crescimento epidêmico, de genética médica, de tratamento do colesterol (PPG), de diagnósticos por sistemas ultramicroanalíticos, de anticorpos monoclonais, de medicina tropical, de tratamento do vitiligo, de hemologia, de tratamento de doenças mentais... Os centros de imunologia molecular cubanos aperfeiçoaram vários tratamentos contra o cancro. Uma pré-

vacina contra a aids está sendo objeto de análise clínica avançada. Os nossos meios de comunicação preferiram difundir o *boato* de doentes presos em “*aidatórios*”, enquanto Cuba ministra aos portadores do vírus HIV os cuidados terapêuticos disponíveis mais avançados, totalmente gratuitos e em meio aberto a familiares e amigos. Por que não se pronunciaram sobre o fato de médicos cubanos se terem oferecido como voluntários para serem inoculados com o vírus do aids e testar em si próprios os tratamentos que descobriram?

O que levará um jovem cirurgião de Havana a operar os doentes por 480 pesos por mês, quando recebe ofertas de emprego de clínicas privadas dos Estados Unidos? O que liga à sua profissão um dos 60.000 médicos de família cubanos, que exerce suas atividades no edifício em que habita, ele que não tem acesso ao dólar? O que fará vir uma investigadora para Cuba após uma conferência dada no estrangeiro, conhecendo a diferença de riqueza que separa o seu país do Norte? Em 1959, metade dos 6.000 médicos, quase todos privados, urbanos, desafogados, partiram da Ilha. Se, hoje em dia, alguns se deixam tentar, a grande maioria dos cérebros fica em Cuba. Por “impossibilidade de sair”, diz-se? São numerosos os pesquisadores e médicos cubanos que viajam no mundo inteiro (seria melhor denunciar a política dos EUA, perfeitamente criminosa, que recusa a emissão de vistos legais mas concede a nacionalidade a todo emigrante, exclusivamente cubano, que chegue ilegalmente ao seu território, incitando à travessia perigosa do estreito da Flórida). Por que ficam eles? Talvez porque saibam que o sistema público que construíram – e que os Estados Unidos se obstinam em destruir – põe à sua disposição, apesar da crise, os meios para exercerem os seus talentos. Porque um dos sentidos de suas vidas é afirmar cada dia a sua decisão de fazer com que o povo tenha uma vida melhor. Porque são produtos da Revolução, que fez dos filhos e filhas de operários e camponeses que eles eram os cientistas que são, animados por um ideal alheio ao lucro. Face às pilhagens materiais, destruições ambientais e desperdícios humanos do capitalismo planetário, aquelas mulheres e aqueles homens demonstram que uma sociedade *pode* existir colocando o “*bem-estar das crianças no primeiro lugar da sua lista de prioridades*”, para utilizar as palavras do Diretor Regional da UNICEF para a América Latina.

O bloqueio: “pretexto” ou guerra não declarada?

O bloqueio é por vezes apresentado como um fenômeno secundário ou mesmo sem importância. Para bem avaliar o bloqueio, devemos nos lembrar que Cuba infligiu aos Estados Unidos, quando da invasão da Playa Girón, a sua única derrota militar na América. Trata-se de uma *guerra não declarada* de Washington contra a Ilha. Embora o bloqueio total tenha sido decretado em fevereiro de 1962, Eisenhower já havia proibido o comércio entre os dois países; por sua vez, Kennedy restringiu a liberdade de circulação dos cidadãos norte-americanos que desejassem viajar para Cuba. Desde 1964, firmas estrangeiras que vendiam medicamentos ou material médico a Cuba sofreram pressões para denunciarem os contratos. Os EUA opõem-se à entrada de Cuba nas organizações financeiras internacionais. A Lei Torricelli, de outubro de 1992, tinha por objetivo travar o ímpeto dos motores da economia, golpeando as entradas de capitais e de mercadorias mediante a cessação das transferências de mais de 100 dólares por

mês por parte dos exilados, a proibição, por seis meses, aos barcos que tivessem feito escala em Cuba, de atracarem nos EUA e sanções contra as firmas que negociassem com a Ilha abrangidas pela jurisdição de Estados terceiros. A sua vertente política pretendia virar os espíritos contra a Revolução pelo “*intercâmbio de informações*”. Este dispositivo foi criticado inclusive nos meios de negócios e nas fileiras conservadoras dos Estados Unidos por impedir a circulação de capitais.

Estas reações, muitas vezes brutais, eram menores se comparadas com as que iria suscitar a Lei Helms-Burton. Esta lei, que reúne os 9 projetos redigidos pelos deputados de extrema-direita, aprovada em março de 1996, pretende reforçar as sanções “*internacionais contra o governo de Castro*”. O seu Título I generaliza a proibição de importar bens cubanos, exigindo principalmente dos exportadores que provem que nenhum dos seus produtos contém açúcar cubano, como já acontecia com o níquel. A lei Helms-Burton condiciona a autorização das transferências de divisas para a Ilha à criação de um setor privado e do trabalho assalariado. Mais audacioso ainda, o Título II estabelece as modalidades da transição para um poder “*pós-castrista*” – estando excluída a possibilidade de Fidel ou Raúl Castro se apresentarem às eleições –, bem como a natureza das relações a manter com os EUA (adesão à NAFTA...). O Título III concede aos tribunais dos Estados Unidos o direito de julgar ações por prejuízos e danos introduzidas por uma pessoa singular ou coletiva de nacionalidade norte-americana que se considere lesada pela perda de propriedades nacionalizadas pela Revolução e que reclame uma indenização aos utilizadores ou beneficiários desses bens. A pedido dos antigos proprietários, o cidadão de um país terceiro (e respectiva família) que tenha realizado transações com esses utilizadores ou beneficiários pode ser objeto de um processo judicial nos EUA. As sanções incorridas estão expostas no Título IV, que legaliza a recusa de vistos de entrada a esses indivíduos e seus familiares pelo Departamento de Estado. O tumulto provocado por esta lei, em especial na Europa e entre os democratas nos Estados Unidos, foi insuficiente para levar o presidente Clinton a vetá-las. As críticas concentraram-se na extraterritorialidade destas normas, que pretendem unilateralmente mundializar a aplicação do bloqueio à comunidade internacional. A Lei Helms-Burton viola o direito internacional e o princípio de soberania nacional, ao imiscuir-se nas opções políticas de um Estado vizinho. As reticências diante das pressões exercidas em favor da economia de mercado demonstram que não existe, em escala mundial, consenso a este respeito, nem sobre a concepção do liberalismo como condição da democratização.

O bloqueio imposto a Cuba pelos EUA é condenado por uma maioria cada vez mais ampla de países membros da Assembléia Geral das Nações Unidas. Em novembro de 2002, pelo 11º ano consecutivo, o representante dos Estados Unidos declarou que o seu governo não cumpriria as injunções da ONU (*Resolução 56/9*).

Votos da Assembleia Geral da ONU sobre “a necessidade de retirar o bloqueio”

	<i>A favor</i>	<i>Contra</i>	países contra a retirada do bloqueio
1992	59	2	EUA, Israel
1993	88	4	EUA, Israel, Albânia, Paraguai
1994	101	2	EUA, Israel
1995	117	3	EUA, Israel, Uzbequistão
1996	138	3	EUA, Israel, Uzbequistão
1997	143	3	EUA, Israel, Uzbequistão
1998	157	2	EUA, Israel
1999	155	2	EUA, Israel
2000	167	3	EUA, Israel, Ilhas Marshall
2001	167	3	EUA, Israel, Ilhas Marshall
2002	173	3	EUA, Israel, Ilhas Marshall

Segundo Cuba, as perdas para a economia ultrapassam 70 bilhões de dólares. Embora todos os setores sejam afetados (saúde, educação, consumo...), o bloqueio trava sobretudo os motores da recuperação e em primeiro lugar o turismo – previsões de fluxo de turistas norte-americanos em caso de autorização de viagem a Cuba: 1 milhão no 1º ano, 5 milhões 5 anos depois. A direção da filial britânica do grupo *Hilton* teve de cessar há pouco tempo as negociações para a gestão de hotéis, pois os seus advogados previam que os EUA considerariam o contrato uma violação da Lei Helms-Burton. A aquisição, por um grupo norte-americano, de sociedades européias de cruzeiros marítimos que atracavam em Havana levou à anulação dos projetos com Cuba em 2002. Violando a Convenção de Chicago sobre a Aviação Civil, os obstáculos que os Estados Unidos colocam à compra ou aluguel de aviões, ao aprovisionamento de querosene e ao acesso às tecnologias (localização por rádio, reservas através da Internet...) teriam acarretado perdas de 153 milhões de dólares em 2002. O impacto sobre os IDE (investimentos estrangeiros diretos) é igualmente negativo. Os institutos de promoção dos IDE em Cuba receberam até à data cerca de 530 projetos de cooperação de firmas estadunidenses sem que nenhum tenha podido realizar-se. Só para o setor das biotecnologias, o montante não ganho está avaliado em 200 milhões de dólares. Os setores em que a propriedade estadunidense era dominante antes de 1959 estão hoje muito afetados pelo endurecimento do bloqueio, tal como o açucareiro, cuja recuperação é torpedeada pela proibição de acesso à primeira Bolsa mundial das matérias-primas (Nova Iorque): a perda elevou-se a 195 milhões de dólares em 2001. Determinados bancos europeus decidiram reduzir os seus compromissos quando os EUA advertiram que exigiriam indenizações se os créditos fossem mantidos. Outras firmas, pelo contrário, reafirmaram a sua vontade de prosseguir as atividades. A *Sherritt* (Canadá) anunciou mesmo uma diversificação (níquel, construção, petróleo, telecomunicações...), apesar dos ataques na Bolsa contra a cotação das suas ações e as recusas aos seus dirigentes de vistos de entrada nos EUA. A *Domos* (México), co-proprietária da nova companhia cubana de telefones *Etecsa*, ampliou igualmente as suas atividades – o

seu presidente declarou que iria gastar os seus dólares em outro lugar que não os EUA.

A chegada ao poder de George W. Bush reforçou ainda mais o dispositivo anticubano, até porque nomeou para seu gabinete e para o Departamento de Estado funcionários de origem cubana conhecidos por serem responsáveis reacionária *Fundación Nacional Cubano-Americana* e por outros grupos de extrema-direita cuja atuação é de natureza comprovadamente terrorista, fato que foi denunciado pelas administrações democratas. As restrições à liberdade de circulação agravaram-se: em 2001, 698 cidadãos norte-americanos, contra 178 em 2000, foram condenados a sanções penais por terem viajado para Cuba sem autorização de saída do território.

Toda a estratégia dos Estados Unidos repousa na procura de uma condenação da Ilha por “*violação dos Direitos do Homem*”, a fim de poder justificar a sua recusa em terminar o bloqueio. Na sessão da Comissão dos Direitos do Homem, uma resolução inspirada pelos EUA “*convidou*” Cuba a “*realizar progressos no domínio dos Direitos do Homem civis e políticos*”, acrescentando “*sem ignorar os esforços desenvolvidos para efetivar os direitos sociais da população apesar de um ambiente internacional desfavorável*”. A nítida clivagem Norte-Sul que o voto desta resolução anticubana revelou só foi atenuada pela submissão dos delegados latino-americanos que, tendo engolido a vergonha, a aprovaram – com exceção de um voto contra (Venezuela) e abstenções (Brasil...). Tamanha foi a pressão dos EUA que conseguiu neutralizar, na Comissão, o efeito das manifestações populares de apoio a Cuba (México, Montevidéu, Santiago do Chile)... O representante cubano perguntou se o modelo que lhe propunham era o de um país do Norte no qual um homem acabava de ser eleito presidente após um roubo eleitoral, ou o de um país do Sul no qual a população, exasperada pelo caos causado pelo FMI, saqueava caminhões e supermercados para se alimentar...

O tema dos Direitos do Homem é demasiado grave para ser tratado com ligeireza ou tolerar aproximações e boatos. Vamos direto ao assunto: a chamada “*violação dos Direitos do Homem em Cuba*” constitui a arma ideológica mais perniciosa utilizada pelos EUA contra a Ilha. Portanto é preciso se perguntar quais são os mecanismos pelos quais o governo de um país que se sabe ter nascido de um genocídio recente (século XIX), onde a segregação racial manteve até tarde a seqüela da escravidão mais massiva do mundo, que exhibe o espetáculo das suas desigualdades abissais e de uma violência social patológica, que apoiou as ditaduras mais sanguinárias da América Latina, impondo-as por vezes através da liquidação de experiências autenticamente progressistas, que mantém pela força armada a ordem da sua hegemonia sobre um sistema mundial iníquo, que não reconhece o Tribunal Penal Internacional com receio de ver alguns dos seus antigos dirigentes serem obrigados a comparecer perante a Justiça por crimes contra a Humanidade... acusa de “*violação dos Direitos do Homem*” o governo de um país onde nenhuma criança morre de fome nem trabalha, onde a escola e a saúde são gratuitas, onde as discriminações recuaram bastante mais do que no Norte, onde todos têm acesso a uma alimentação a preços módicos, onde o povo conquistou direitos sociais amplos e é efetivamente associado à construção político-econômica de um projeto de sociedade, onde a segurança está garantida e

a violência é mínima, onde – segundo o Presidente da Associação Americana de Juristas declarou em 1994 – não há “*nem desaparecidos, nem assassinatos, nem torturas*”.

Com certeza, um dos elementos de resposta reside na natureza do conflito que opõe os dois países, o qual, antes de ser compreendido através do confronto Leste-Oeste, deve ser considerado do ponto de vista das suas relações bilaterais, extremamente singulares. São estas relações que explicam simultaneamente a persistência do conflito após o desaparecimento da URSS e o tratamento diferenciado que os EUA aplicam a Cuba em relação a outros países “comunistas”, tais como a China. Os Direitos do Homem *nunca* ocuparam um lugar privilegiado nas considerações que guiam a estratégia externa dos Estados Unidos, e a violação desses direitos *jamaiz* acarretou (exceto por calculismo), para as inúmeras ditaduras aliadas dos EUA, a suspensão de relações comerciais ou da ajuda militar e econômica. Aliás, *nunca* é evocada a violação dos Direitos do Homem em Cuba *antes de 1959*, numa época em que uma *real ditadura*, pró-Estados Unidos, prendia, torturava e assassinava os opositores.

A retórica de geometria variável dos Direitos do Homem é dirigida contra Cuba porque a sua revolução é um “*pesadelo*”, não para os cubanos que *a fazem* há mais de 40 anos, mas para o *poder estabelecido* norte-americano: anticapitalista, antiimperialista, anti-racista, Cuba defende a emancipação social, a libertação nacional e a mestiçagem igualitária – ou seja, o extremo oposto do projeto neoliberal imposto pelos EUA.